

24

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE
SOUSELAS E BOTÃO

ATA NÚMERO DEZANOVE

Ao vigésimo dia, do mês de Outubro, do ano dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Souselas e Botão em Sessão Extraordinária, usando da competência que lhe é conferida pelo artigo nº 12 da Lei nº75/2013 de 12 de Setembro e artigo nº 17 do Regimento desta Assembleia de Freguesia, no edifício da União de Freguesias, Rua Frei Francisco Macedo, Botão, com a seguinte Ordem de Trabalhos, constante de convocatória emitida a doze de Outubro de dois mil e dezasseis:

Ponto Um – Análise da situação funcional do Executivo da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Souselas e Botão;

Ponto Dois – Análise dos documentos enviados pelo Secretário da Junta de Freguesia, aos Membros da Assembleia da União de Freguesias de Souselas e Botão;

Ponto Três - Intervenção do Público nos termos do artigo 24º do Regimento da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Souselas e Botão.

Foi verificada a existência de quórum, com a presença de oito dos nove Membros da Assembleia de Freguesia: Elsa Cristina Santos Bica Ferreira, Leónia Marina Nogueira Forte, Henrique Fernando Simões Farelo, Florentino Alcides da Graça Vieira, João Oliveira Torres Pardal, Fernando Lopes Morais, Maria Regina Oliveira e José Martins Figueiredo em substituição de Sara Laranjeira Ferreira Lindo, com falta de Olga Maria Pinheiro Melo Monteiro.

Registou-se também a presença dos elementos do Executivo da União de Freguesias: Presidente Rui Manuel de Sousa Soares e Secretário Sérgio da Costa Madeira, com ausência do Tesoureiro Luís Miguel Monteiro da Silva.

A Presidente da Mesa da Assembleia, Elsa Ferreira, iniciou a sessão pelas vinte e uma horas e dezassete minutos, cumprimentando todos os presentes e agradecendo a presença do Público, começando por explicar que a sessão extraordinária de hoje surge na sequência de um pedido que lhe foi dirigido pelos Membros da Assembleia de Freguesia da “Coligação Por Coimbra”, para tratar dos assuntos que constam da Ordem de Trabalhos acima referida.

Adianta ainda, que esta sessão surge também no seguimento do compromisso que assumiu na Assembleia de Freguesia de vinte e oito de Junho, de analisar os comunicados que lhe deveriam ter sido enviados e que nessa data ainda não o teriam sido, se entretanto lhe fosse dado conhecimento dos mesmos. Não havendo mais esclarecimentos a se fazer, entrou no Ponto Um da ordem de trabalhos e de imediato passou a palavra ao grupo “Coligação Por Coimbra”.

João Pardal, como porta-voz da “Coligação por Coimbra”, começa por agradecer toda a disponibilidade e prontidão na aceitação do pedido de realização de uma sessão extraordinária, pela Presidente da Assembleia, dizendo que a mesma rapidamente respondeu ao solicitado e cumpriu integralmente o compromisso que havia sido assumido na data da entrega do ofício pedido para esta Assembleia. Refere que se está viver uma situação na Junta de Freguesia sem antecedentes e por isso é preciso resolvê-la para que os interesses da Freguesia nunca sejam prejudicados. Diz também, que não entende como é que no início foram tecidos tantos elogios ao Secretário por parte de Rui Soares e como é que de repente os elogios passaram para Miguel Monteiro. Questiona se à semelhança do que se passa agora na ausência do Secretário nas reuniões do Executivo, se se deliberava alguma coisa quando o Tesoureiro faltava, e apela ao bom senso de todos, para que esta situação seja resolvida, por forma a não prejudicar os interesses da Freguesia.

Elsa Ferreira intervém de seguida e dirigindo-se a Rui Soares, pedindo para que este explique qual é a situação atual do Executivo da Junta de Freguesia.

Rui Soares diz que depois do que se passou nas últimas Assembleias e mais concretamente, com a abstenção às contas de 2015 perdeu a confiança no seu Secretário e por isso houve a intenção de lhe retirar os pelouros e funções. No entanto, o Secretário deixou de aparecer nas reuniões de Executivo, que acontecem às segundas-feiras, sempre depois do atendimento. Sempre foi esta a prática comum e está registado em Ata, redigida ainda pelo Secretário Sérgio Madeira. Conforme estatuído no ponto 5 do comunicado, o Sr. Secretário mantém as funções legais que lhe estão atribuídas bem como a remuneração a que tem direito e por isso não entende a não comparência às reuniões de Executivo.

De imediato a Presidente da Assembleia passa a palavra ao Secretário, Sérgio Madeira, para que transmita à Assembleia de Freguesia o que bem entender sobre o assunto que está a ser tratado no Ponto Um da Ordem de Trabalhos.

Sérgio Madeira contextualiza a situação. Fala do ½ tempo, das contas de 2014 e depois 2015 e diz que foi o facto de as diferenças nas Contas de 2014 nunca terem sido apuradas que o levou à abstenção nas Contas de 2015 a que acrescem também diferenças nas Contas de 2015, que não terão sido ainda apuradas. Contextualiza o que aconteceu depois da abstenção nas contas com datas e factos: o comunicado do Presidente, as vezes que foi à Junta, emails enviados, a não comparência nas reuniões por não saber a hora certa das mesmas.

Depois da intervenção de Sérgio Madeira, Elsa Ferreira interroga o mesmo para aferir se este está em condições de continuar a exercer as suas funções como Secretário do Executivo ao que este responde claramente que sim, e diz que sempre soube separar as questões profissionais das pessoais, estando assim em condições de exercer o seu trabalho.

Elsa Ferreira questiona então Rui Soares para aferir se este está em condições para continuar a trabalhar com o Secretário da Junta de Freguesia, e este responde que sim, tendo no entanto que “vigiar” sempre o trabalho do Secretário uma vez que perdeu toda a confiança que lhe depositava.

A Presidente da Assembleia passa a palavra aos restantes membros da Mesa para que se pronunciem sobre as posições do Presidente e do Secretário da Junta.

Intervém de seguida, José Figueiredo em representação da CDU, e considerando que é uma vergonha o que se está a passar na Junta de Freguesia, apela à união de esforços e tentativa de entendimento interno, dando ambos as mãos para que os interesses da Freguesia nunca sejam lesados, uma vez que somos todos adultos. Diz que é uma situação do conhecimento de toda a Freguesia e não só, e por isso há que tentar resolver os diferendos que existem para bem da nossa Freguesia. Por último, sugere que se questione a CCDDR Centro para que ajude a resolver esta questão.

De seguida intervém João Pardal e fala sobre as deliberações que têm sido tomadas no Executivo sem a presença do Secretário e que não tendo certezas sobre o que a lei diz a respeito desta situação, considera que podemos estar perante situações suscetíveis de anulabilidade do que foi deliberado e que deveríamos informar-nos melhor desta questão junto das entidades competentes, uma vez que se trata de uma questão importantíssima. Considera que de futuro estas deliberações não se poderão continuar a fazer desta forma e por isso, apela a que a situação seja resolvida.

Não havendo mais intervenções da Mesa sobre este assunto, Elsa Ferreira encerra este ponto, obrigando a que seja definida hora certa para as reuniões de Executivo, para garantir à Assembleia de Freguesia que as deliberações serão tomadas na presença dos três Membros do Executivo. E quando não o forem por falta de algum, essa falta tem que ser justificada devidamente. Assim, futuramente, quando a Assembleia de Freguesia tiver que deliberar na sequência de decisões que foram tomadas em Executivo, tem a garantia que legalmente todo o procedimento está correto.

Reconhecendo que se está perante um problema grave na Junta de Freguesia e que entende não ser de fácil resolução, apela ao entendimento de todos os Membros do Executivo para que se continue a trabalhar, até porque já falta pouco tempo para este mandato terminar e que os superiores interesses da Freguesia nunca sejam prejudicados.

Terminado este Ponto, passa-se ao Ponto Dois (Análise dos documentos enviados pelo Secretário da Junta de Freguesia, aos Membros da Assembleia da União de Freguesias de Souselas e Botão).

Elsa Ferreira passa a palavra a João Pardal, que diz que perante os comunicados enviados por Sérgio Madeira e na falta de respostas, pretende ver esclarecidas as questões levantadas pelo Secretário. João Pardal começa então a enumerar as questões do primeiro comunicado, sendo interrompido várias vezes por Sérgio Madeira, dizendo que não é assim tão rápido, e que tem que ler o que escreveu, por já não se recordar. João Pardal indica então as situações levantadas no primeiro comunicado, que são sobre as Atas, limpeza dos rios e caminhos rurais, e do segundo comunicado, discussão e deliberação da tabela de taxas para 2014 e 2015. Enumeradas as questões a esclarecer, Sérgio Madeira tem a palavra, embora alertado por Elsa Ferreira, para que seja sucinto. Sérgio Madeira diz que se calhar não seguirá necessariamente a ordem das questões, tal como foram colocadas, e começa por dizer que quanto à limpeza dos rios, o que diz e que convém ler, é “porque é que a limpeza dos rios com o custo de 8 427€ e a abertura de caminhos rurais com 17 000€...”, interrompendo a leitura e pedindo desculpa, para dizer que tudo o que João Pardal elencou, tem a ver com o esclarecimento ao comunicado, sobre quem defendeu e não defendeu os interesses da

Junta de Freguesia. João Pardal responde, dizendo que só sintetizou, para não estar a ler e Sérgio Madeira contrapõe, dizendo que as coisas se forem aplicadas assim no ar, cada um lhe dá o contexto que quer. Elsa Ferreira interrompe e dirigindo-se a Sérgio Madeira, diz que todos nós tivemos acesso ao comunicado, e que portanto, as coisas não são faladas no ar. Sérgio Madeira responde, dizendo que efetivamente quem teve acesso ao comunicado sabe, mas o Público não sabe, e que podem pressupor que há alguma acusação e não é isso de todo. Elsa Ferreira pede então para que explique. Sérgio Madeira responde que está explicado e que nem precisam de mais, prosseguindo então para a leitura do que escreveu (página 6 do comunicado) sobre os valores gastos na limpeza dos rios e na abertura dos caminhos rurais, dizendo que não foram protocoladas com estes valores, aplicados na reposição dos estragos causados e em outras pequenas obras, e diz que aqui, questiona porque é que as obras não foram protocoladas, e não foram protocoladas no seguimento de que os protocolos nunca se juntaram, terminando dizendo que quanto a estas duas questões, está respondido. Passa então, para os sacos de cimento, limitando-se a ler o que escreveu (página 6 do comunicado), "Quando se aplica os 360 sacos de cimento oferecidos pela Cimpopor em 2014 e utilizados pelo Presidente?". Passa para as contas de 2014, dizendo que as contas de 2014 apresentavam diferenças, tendo sido objeto de várias reuniões e que nunca foram esclarecidas. De tal forma, e depois de tanta reunião e de vários pedidos seus para esclarecer, no dia do Relatório de Contas, e quando já estava aqui a Assembleia sentada, assinou o Relatório de Contas na condição do Presidente e do Tesoureiro, lhe assinassem uma declaração, que tem em sua posse, a comprometerem-se que iam esclarecer as contas de 2014. Afirma que essas diferenças existem, e chama a atenção de que se está a referir a diferenças e ao seu esclarecimento e não mais do que isto, e que de facto, tanto o Presidente como o Tesoureiro se comprometeram a esclarecer estas dúvidas e nunca as esclareceram. E se tem uma declaração em que o Presidente e o Tesoureiro se comprometem a esclarecer as contas e não o fazem, questiona se estão a gozar consigo, informando que foi esse o motivo também, que levou à sua abstenção na Ata do Executivo, do Relatório de Contas de 2015. Continua a sua explicação, afirmando que a Presidente da Assembleia sabe, e que tentou também por várias vezes que a situação se resolvesse, e diz que as contas de 2014 efetivamente nunca foram esclarecidas, terminando assim a sua explicação para as contas de 2014.

Entretanto, Rui Soares repara na presença de um jornalista, e dá-lhe as boas vindas, por volta das vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos.

Elsa Ferreira alerta Sérgio Madeira de que o tempo está a decorrer, e que como deve compreender, não poderemos estar muito mais tempo à espera. Sérgio Madeira responde, dizendo que compreende, mas que se não for para responder com critério, mais vale nem responder. João Pardal refere que falta falar sobre as contas de 2015, e Sérgio Madeira afirma que as contas de 2015 apresentavam uma diferença de 2 200€, valor transmitido a si e ao Presidente, pelo Tesoureiro, relativamente às contas apresentadas pela Tesouraria e a Contabilidade. Informa que tiveram uma reunião com o Contabilista, e nessa reunião, este disse que se falava em Souselas, que um elemento do Executivo teria dito que havia uma diferença nas contas. Diz ainda, que o Tesoureiro sabia desde o dia 20 de Abril que havia esta diferença de cerca de 2 000€, e afirma que nunca os Relatórios de Contas foram analisados. E neste mesmo dia, diz que colocou várias questões, porque o primeiro Relatório enviado para análise pela Contabilidade foi no dia 18 de Março, e no dia 30 de Março foi marcada uma Assembleia, como Ponto Um, da reunião do Executivo, para analisar o Relatório de Contas, só que essa análise não foi feita, porque o ponto foi substituído pelo Presidente, por outro ponto, e em vez de se discutir a análise do Relatório de Contas, este foi substituído por uma exigência do Presidente, para que o Executivo ratificasse os atos e pagamentos do Presidente. Resume os factos, e volta a referir que no dia 30 de Março não se discutiu, e nunca mais se analisou o Relatório de Contas; no dia 20 de Abril houve a reunião para analisar o Relatório de Contas, dizendo entretanto que está a falar de cor, pois no dia 21 foi a reunião das Tasquinhas e no dia 22 houve outra reunião, para além do Tesoureiro reconhecer que havia uma diferença conforme mapas que ele apresentou, diferença esta de 2 200€ mais concretamente, Sérgio Madeira diz que nessa reunião perguntou ao Tesoureiro e ao Presidente se tinham analisado as Contas, e apresentou algumas questões relacionadas com o Relatório de Contas, entre as quais estavam os tais 20 000€ que não estavam no Relatório de Contas, porque os elementos não foram enviados para a Contabilidade. E nessa mesma reunião, o Contabilista tomou nota da situação dos 20 000€ e justificou dizendo que se não lhe enviam os documentos... Elsa Ferreira interrompe Sérgio Madeira, e pede-lhe para que seja sucinto, ao qual ele responde que não consegue porque é muita coisa. E continua a sua explicação, voltando a falar do dito comentário que se falava em Souselas que um Membro do Executivo dizia haver diferenças nas Contas, e diz que nessa reunião não foi esclarecida esta situação. Diz também que se pôs a hipótese desta

diferença resultar de lançamentos não efetuados pela funcionária, mas não foi esclarecida, questionando então, perante a gravidade da situação, o porquê do Presidente não procurar esclarecimento, pois no dia 23 a Contabilidade retificou o Relatório de Contas, reenviando-o para análise, e só no dia 28, um dia antes de se enviar o Relatório de Contas, é que se reuniram para analisar. E foi nesta reunião que o Presidente e o Tesoureiro voltaram a dizer que não analisaram o Relatório de Contas, e que o Tesoureiro se pôs logo a assinar. Mesmo quando o Presidente estava a telefonar ao Contabilista, a perguntar porque é que ele não retificou as outras situações, e tanto quanto parece, ele justificou dizendo que não retificou e que nem tinha que retificar, pois estava esclarecido. Sérgio Madeira ficou com o dilema de não saber porque é que estas situações não foram esclarecidas, uma vez que há acesso à informação na rua de que há uma diferença nas Contas de 2 000€, tendo sido por este motivo e das Contas de 2014, que se absteve na Ata do Relatório de Contas de 2015.

Terminada a sua explicação, José Figueiredo pede a palavra, dizendo que depois de ter ouvido Sérgio Madeira percebeu que o epicentro do conflito é precisamente as Contas, e diz que é bom que o Presidente esclareça bem isto, pois há uma Assembleia que as aprovou, e existindo esta diferença e este conflito, esta situação tem que ser bem esclarecida, pois é grave demais.

Elsa Ferreira, como Presidente e Membro da Assembleia, diz que lhe interessa menos aquilo que pode ser dito na rua, e que perante esta situação, também não lhe interessa tanto saber porque é que se absteve, mas sim, pretende saber concretamente nas Contas de 2014 e de 2015 qual é a diferença. Sérgio Madeira responde que obviamente não tem esses dados com ele neste momento, mas que os pode fornecer, e que aliás, no dia 29 de Abril de 2015... Elsa Ferreira interrompe e pergunta se tem esses dados apurados, pois o que a preocupa, e que fique bem claro, é se de facto existem diferenças e o porquê dessas diferenças, pois o que nos deve interessar é saber que diferenças são essas e qual o seu montante, dizendo a Sérgio Madeira, que se nos puder enviar essa informação, agradece. Sérgio Madeira responde, afirmando que a Presidente tem essa informação e Elsa Ferreira fica indignada, perguntando se tem esta informação. Sérgio Madeira volta a responder que sim e diz que no dia 29 de Abril de 2015, portanto referente às Contas de 2014, lhe reencaminhou um e-mail do Nelson... Elsa Ferreira responde que sim, mas questiona se continuam a ser essas diferenças todas, depois de todas as reuniões que tiveram. Sérgio Madeira responde que sim, mas que à partida não ouve mais esclarecimento nenhum. Elsa Ferreira diz que não sabe e que não aprofundou o assunto e que nem tinha que o fazer, e reitera a importância de saber que diferenças são e que têm que ser apuradas se as existem. Sérgio Madeira concorda, dizendo que é tão simples como ter acesso à correspondência e aos e-mails trocados entre o Contabilista e o Tesoureiro. Elsa Ferreira questiona se Sérgio Madeira trocou e-mail com o Contabilista acerca desta situação, e este responde que sim. Com este esclarecimento, a Presidente diz que podemos então avançar.

Sérgio Madeira passa para a questão do betuminoso nas lombas, sempre na rubrica sobre quem defendeu e quem não defendeu os interesses da Freguesia, do pressuposto do comunicado do seu afastamento. Referindo-se ao betuminoso na Zouparria, diz então, que depois de ter sido feita a reconstrução das lombas, houve abatimentos no betuminoso, tendo alertado o Presidente para isso, e o qual a determinada altura lhe disse que já tinha quem fosse fazer isso, pois o fornecedor/empreiteiro em causa, tinha um trabalho para fazer que levava uma determinada quantidade de betuminoso, mas como a Prioridade só lhe vendia determinada quantidade, ele iria fazer a reposição do betuminoso a custo zero. Sérgio Madeira diz que não se surpreendeu, porque sendo um fornecedor da Junta, lhe ficava bem e até porque não tinham que gastar o betuminoso. Mas estranhamente, diz que um dia passa lá e vê-os a trabalhar, a fazer a reposição do betuminoso, ficando satisfeito com o que viu. Elsa Ferreira interrompe e pede a Sérgio Madeira para que seja mais sucinto, e este responde dizendo que neste momento não consegue, pois para responder tem que ser com factos concretos. Elsa Ferreira responde, garantindo-lhe que não vai ficar aqui a noite toda. Sérgio Madeira diz que não inventa, procurando informação na sua pasta, e informa que estranhamente em certo sítio do ano de 2014, recebemos um auto no valor de 1 388,67€, solicitando a sua confirmação, que sendo para uma obra que era a custo zero, estranhou. Falou com o Presidente e face ao valor do auto e ele concordou, foi medir efetivamente os trabalhos. Diz que mediu os trabalhos e que está explícita ali a discrepância, referindo o pormenor da obra da Zouparria que tinha menos área e era mais cara que (completar) e portanto, fez a medição e apresentou as provas ao Presidente, e por escrito, e porque nunca fez nada na Junta sem o seu conhecimento, enviou à empresa as contas, as medições, os desenhos, e mesmo com um lucro de 40%, dizendo que ninguém trabalha a 40% de lucro, o valor a pagar seria de 862,76€ e o valor correto com 20% seria de 739€. O Presidente perante isto disse que falaria com eles e em 22 de Maio de 2014

receberam outra comunicação do mesmo fornecedor, com o seguinte texto: "Após conversa com o Presidente vimos por este meio enviar os valores dos serviços efetuados. 1 027,14€." Ou seja, Sérgio Madeira diz que falou com o Presidente, dizendo que não podia aceitar isto porque era um roubo, mas ele decidiu aceitar, e que decidiu aceitar no pressuposto, sendo estas as palavras dele, "Não fazem mais trabalhos para nós. Não fornecem mais nada." Mas a questão é que se era para ser a custo zero, (vinham com 1 388€) apresenta provas concretas, com desenhos, medições, preços, tudo; determinou o valor com 40€ de lucro, que seriam 862€, e a Junta de Freguesia foi pagar 1 027€. Portanto, das lombas diz que é isto e diz que com isto já perdeu o papel dos apontamentos e que precisava de uma Secretária.

João Pardal questiona sobre a Rua do Carril na Marmeleira. Sérgio Madeira diz que em 22 de Outubro, em reunião do Executivo, um dos pontos era abrir concurso para a obra da Rua do Carril, porque já havia projeto e já estava protocolado, e nessa reunião, o Presidente informou que a obra já estava a ser executada pela Briopul, com base no orçamento apresentado em 28 de Setembro, e que para ele era um bom orçamento. Sérgio Madeira diz que chamou à atenção, e que analisou o dito orçamento, que apresentava algumas lacunas que deveriam ser esclarecidas e corrigidas, e por solicitação do Presidente, ou de acordo com o Presidente, enviou para a empresa, um conjunto de dúvidas para eles esclarecerem. Chamou também à atenção que a obra constava dos protocolos da Delegação de Competências e que não havia procedimento legal, mas esta obra já estava a ser executada. Mas, foi decidido que se informasse a Briopul para corrigir o orçamento dos trabalhos, com base agora no projeto que a Câmara apresentou e convidar outras empresas para concurso. Ou seja, era suposto contactar a Briopul que já lá andava, para que o procedimento fosse correto, e convidar outras empresas para apresentar orçamento, para que a obra fosse paga pela Câmara. Esta obra, e na reunião de 22 de Outubro de 2015, e que o Presidente tinha dito que estava a ser executada pela Briopul, começou pelo terreno em frente ao Sr. José Lucas, que tinha sido excluído pela Técnica da Câmara de entrar no Protocolo. Ou seja, estava-se a fazer uma obra num local que à partida já se sabia que a Junta teria que pagar, porque a Câmara através da sua Técnica excluiu-a do projeto, referindo que não pagava obras que fossem fora do projecto. Aliás, o Tesoureiro não concordou com a obra executada em frente ao Zé Lucas, e na Ata, ele manifesta bem a posição dele, relativamente ao facto da obra estar a ser feita em frente ao terreno do Sr. Zé Lucas e a Junta ter que a pagar, por não estava no protocolo. Em 16 de Novembro diz que passou na obra por acaso, e percebeu que eles estavam para executar, para além daquele troço que já tinham feito em frente ao terreno do Sr. José Lucas, fazer o outro até à extrema dele. Como havia reunião do Executivo, alertou o Presidente para essa situação, e a resposta dele foi que não tinha mandado fazer isso, mas aquilo que o Encarregado lhe disse, foi que tinha sido o Presidente da Junta, e que por isso é que andavam a limpar, e o Presidente agarrou no telefone e ligou para alguém da Briopul e mandou parar os trabalhos. Ou seja, para além do que já tinha sido feito em frente ao terreno do Sr. José Lucas, ainda se preparavam para fazer mais um troço, a dispensa da Junta porque não estava no protocolo. Sérgio Madeira diz que na Ata do Executivo está bem expressa a sua posição e a do Tesoureiro acerca do prolongamento desta valeta na zona, e que o Tesoureiro defendia, com o qual concordou, que a situação das valetas na Rua do Carril era por culpa em 90% do desaterro feito por esse Senhor, o Sr. Zé Lucas, e portanto o Tesoureiro manifestou-se, e ele concordou, contra à realização dos trabalhos em frente a ele. Diz que a obra foi feita efetivamente e que deu buraco depois com as empresas que foram visitar a obra para concorrer e viram lá uma empresa a trabalhar, tendo este problema sido ultrapassado, ao que parece pelo Presidente. Agora aquilo que o Secretário e o Tesoureiro não concordaram foi que se fizesse e se gastasse dinheiro numa obra em frente a um terreno de um Senhor, em prejuízo do coletivo, que seriam as zonas habitadas. Portanto, esse prolongamento foi pago pela Junta, porque não entrou no Protocolo das obras, pois, se o Protocolo tinha por exemplo 10 000€ para fazerem obra, e se o total com este prolongamento, custou 13 000€, falando em exemplos e não em números concretos, a Junta teria que pagar 3 000€ a mais, terminando assim, a sua exposição, acerca da Rua do Carril.

João Pardal pede explicações para a Capela da Zouparria. Sérgio Madeira diz que o que se passa com a Capela da Zouparria é que era uma obra feita ao abrigo do Protocolo e portanto uma obra que seria paga, ou que foi paga, ou que deveria ser paga pela Câmara, e o que verificou nessa obra e chamou à atenção do Presidente, é que havia um trabalho concretamente em execução de base em *tout-venant*, que não estava a ser feita pelo empreiteiro, o qual alertou e que lhe disse que também não o iria fazer. E disse ao Presidente que em face das decisões que ele já tinha tomado relativamente aos empreiteiros nas obras já descritas atrás, ele não se iria meter nessa batalha, e a resposta do Presidente foi que o débito, ou não, destes trabalhos não realizados dependia do comportamento do empreiteiro em obra. Refere que está a citar coisas

escritas em Atas do Executivo, e diz que o comportamento do empreiteiro foi péssimo, e que aliás, teve lá vários problemas para resolver. Informa que em 30 de Maio de 2016 foi dada entrada uma fatura, datada de 19 de Maio, referente à empreitada e que incluía os trabalhos que ele não executou. Diz que alertou o Presidente e escreveu no despacho da fatura, que passou por ele e despachou para o Presidente, que estavam incluídos 979,64€ de trabalhos não realizados, solicitando a anulação da fatura ou emissão de uma nota de crédito. Como entretanto se tem estado neste processo, nesta situação de conflito e de diferença de opinião, não sabe como é que acabou isto, ou seja, não sabe se foram pagos os trabalhos não regularizados, se não. Mas o que lhe importa, é que depois de ter alertado que o trabalho não estava a ser realizado, foi faturado. Diz que isto é erário público e que nós não temos que pagar aquilo que não é feito, sendo a mesma coisa que na nossa casa pagar um pilar com betão e ferro e o homem não meter lá ferro e pagar na mesma o valor. Elsa Ferreira diz que já percebeu, e Sérgio Madeira responde “Ok! Ótimo. Então está explicado. Mais!”. Elsa Ferreira responde “Tasquinhas ou Recinto de Festas” e João Pardal acrescenta “Insufláveis”.

Sérgio Madeira começa por dizer que os insufláveis em 2014 custaram à Junta 350€, pagos à Miriam, que tanto quanto sabe, trabalhava também na escola, no Centro Social de Marmeleira e que tinha também uma empresa desse género. E as de 2015 custaram 861€. Diz que na Ata, o Tesoureiro recusou-se a pagar este valor, alegando... Sérgio Madeira é interrompido por Elsa Ferreira, que questiona quem é que esteve lá com os insufláveis, em 2015. Sérgio Madeira responde que não sabe qual é a empresa, mas que sabe que há a Networks, e que não era a mesma de 2014, mas que foi a esta empresa que foram pagos 861€, e esta fatura quando chegou à Junta, o Tesoureiro, e ele concordou, chamou à atenção que não a ia pagar porque, palavras dele que estão na Ata, o trabalho não foi de qualidade, e não foi superior ao outro, estando-se a pagar mais do dobro. Em termos de comparação, os de este ano (2016), custaram 480€ a uma empresa de Cantanhede, afirmando que deverá haver aqui um problema de contratação pública. Em primeira análise, porque se o primeiro custa 350€, o outro a seguir custa 861€, e a seguir volta a custar 480€, há aqui um problema de contratação. Esta foi uma situação, que quer o Tesoureiro, quer o Secretário se insurgiram contra ela. Refere que a fatura foi paga, tanto quanto julga saber, porque dada a data em que foi emitida e a situação em que ela foi discutida, já estava em conflito com a Lei dos Compromissos. Portanto, não poderia ser adiado o pagamento, porque seria pior a emenda que o soneto. E a reter aqui desta situação, é que há um problema de contratação pública, em que o interesse da Junta não foi salvaguardado, terminando assim a sua exposição sobre este assunto.

João Pardal enumera os trabalhos feitos no Recinto de Festas como o próximo assunto, e Sérgio Madeira começa por dizer que deu a conhecer ao Executivo, a sua posição contra a mudança do local das Tasquinhas para o Recinto de Festas, por razões económicas, mas após a aprovação da mudança por parte de Presidente e do Tesoureiro, sempre que era necessário trabalhar, ele estava presente, pois era o interesse da Junta que estava em causa. Diz que não sabe como é que foi feita a contratação, não sabe também se houve orçamento anterior, e o que sabe é que apareceu uma fatura (interrompe, e diz que está sempre a falar em assuntos discutidos em Sede de Executivo) e continua o seu discurso, dizendo que no dia 31 de Julho, a empresa que lá andou a trabalhar (uma das empresas, porque andou lá outra, mas que apresentava rigorosamente, como ele solicitou e que com ele sempre fez, e o patrão também fazia questão de ser assim, apresentava os talões de serviço das horas que foram feitas, para serem assinadas ao fim do dia. Esta empresa que ele mais ou menos controlou entre aspas...), mas a outra empresa, apresentou uma fatura relativamente àquele trabalho no valor de 2 591,70€, e no despacho para o Presidente escreveu a lápis na fatura, o seguinte: “Como foi negociado esta prestação de serviço?”; “Vais aceitar esta fatura?”, e alertou para o facto de estar a ser debitado o transporte de máquinas, mais concretamente ao preço de hora da motoniveladora, pois ao preço da motoniveladora (70€/hora), acrescia um transporte de 300€, o que dá um valor de horas de 98,57€, ou seja, sendo que o preço normal da motoniveladora é de 70€, por esta rubrica de transporte, custava 98,57€. Além disso, o cilindro que trabalhou 1 hora, a 50€ à hora, estava a ser debitado 250€ de transporte, ou seja, o preço do cilindro que normalmente ronda os 40€/hora, passou a custar 133,33€/hora, além de que também estava a ser debitado na fatura a limpeza da praia de Botão, em que a descrição na fatura era “1 hora de máquina – 350€”. Diz que alertou de novo o Presidente, e afirma que tem documentos comprovativos desta situação, não falando de nada que não possa provar, e crê que a descrição desta fatura foi corrigida, mas o valor manteve-se, estando aqui em causa os superiores interesses da Junta de Freguesia e a forma como foi feita a contratação. Relativamente a este ano, e foi a mesma empresa que andou a fazer o trabalho, apresentou já uma fatura de 3 350€ mais IVA, mas desta vez não vinha com o transporte de máquinas à parte. Mas a aplicação de 136m3 (em 2015 tinham sido gastos 66), que

fazendo as contas, este *tout-venat*, custou 18,65€/m³, quando o preço normal de mercado, em zonas mais apertadas, portanto de menor rentabilidade, mais mão-de-obra, custa em média 13,50€. Portanto é multiplicar a diferença. E as perguntas são se os interesses da Junta de Freguesia foram salvaguardados, e que tipo de contratação foi feita. E devido à atual situação entre o Presidente e o Secretário, não sabe como é que este assunto acabou.

Terminado este assunto, João Pardal enumera a questão das 85 diárias e respetivas faturas justificadas como refeições dos trabalhadores da Câmara "Tapa-buracos". Sérgio Madeira responde que quando viu esta fatura de 85 diárias, ele e o Tesoureiro questionaram o Presidente sobre a que se referia a dada fatura, e que mais uma vez, era uma fatura em risco de entrar em conflito com a Lei dos Compromissos, e o Presidente justificou que era dos homens que andaram a tapar buracos. Diz que chamou à atenção do Presidente... e é interrompido por João Pardal, que refere que as ruas estiveram meses com buracos. Sérgio Madeira interrompe João Pardal e diz que não pode ser assim tão rápido e que ninguém o interrompe. Volta então ao seu raciocínio, repetindo que chamou à atenção do Presidente e que acha ser esse sempre o seu dever, quando estavam em causa estas situações (entretanto faz uma pausa, e diz que devia ter trazido o tablet, pois não encontra o que procura e que também ninguém o ajuda), repete que chamou à atenção do Presidente quando este disse que era dos homens dos buracos, e que estas diárias correspondiam a duas semanas de trabalho com oito homens, ou quatro semanas com cinco homens, e que o trabalho mal se via na Freguesia. Continua, dizendo que os tapa buracos vinham aqui um dia ou outro, e que chamou à atenção do Presidente sobre a sua justificação dada na altura, sendo esta a explicação para este assunto.

João Pardal enumera a questão das duas faturas ao prestador de serviços e diz que convém saber objetivamente o que se passa e quem é. Sérgio Madeira diz que vai ter o cuidado de não falar em empresas. Rui Soares intervém e diz que convinha identificar, e falar clara e objetivamente para as pessoas ficarem a saber. Sérgio Madeira concorda, dizendo no entanto, que queria ter alguma dignidade no tratamento deste assunto, mas que não tem problema nenhum, e começa por dizer que houve duas faturas apresentadas por um prestador de serviços, neste caso concreto a Petrarc, e que quando chegaram às mãos do Tesoureiro, que foi ele que verificou antes delas chegarem a ele próprio, viu que a fatura, para além das várias rubricas, como peças, tinha uma rubrica de serviços externos, e o Tesoureiro disse de imediato que não pagava essa fatura, porque serviço externo não era nada, pois de acordo com toda a descrição da fatura e aparecerem depois oitocentos e tal euros de serviços externos, (isto numa fatura 400€ e noutra 200€, ou 400€ e tal, não se recordando bem), não fazia sentido nem para o Tesoureiro, nem para ele próprio, sendo isto exatamente que expressaram ambos ao Presidente. E em face disto, o Presidente levou as faturas, dizendo que ia esclarecer a situação. Refere que passado algum tempo, o Presidente apresentou as mesmas faturas, mas com uma justificação escrita e assinada por ele, dizendo que os serviços externos, eram, mão-de-obra. Sérgio Madeira diz que alertou o Presidente, dizendo que estar a atravessar-se numa situação destas era complicado, e nesta perspetiva, e ele próprio concordou, o Tesoureiro e ele não voltaram a aceitar o pagamento desta fatura enquanto isto não fosse esclarecido, e que em virtude da atual situação, não sabe como é que acabou.

João Pardal solicita então explicação, para a situação do mesmo prestador de serviços, que já sabemos quem é, que mais à frente pediu o trator da Junta, que andou várias vezes, vários meses ao fim de semana a trabalhar, sendo que a Junta tem uma Tabela de Taxas, e pretende saber quem conduziu e andou com o trator, e se entretanto este serviço já foi pago. Sérgio Madeira responde, dizendo que um dos alertas foi que o trator andou a trabalhar um fim-de-semana, não sabe se todo, para este prestador de serviços confirmado pelo Presidente, e quem trabalhou com ele, foi efetivamente o prestador de serviços. João Pardal questiona se não foi um funcionário da Junta. Sérgio Madeira responde, dizendo que crê que ou foi o funcionário da Junta, ou o Presidente, que lhe disse numa conversa que tinha andado algumas horas com o trator, porque era amigo do Petrarc, ou alguma coisa do género. E a questão nesta altura, era que se o trator andou a trabalhar e se ele estava a debitar aquelas coisas todas, então iria pagar também estas horas de trabalho, porque tinha sido estipulado aqui em Assembleia, que o trator era alugado a 35€/hora, mas que devido à atual situação, não sabe como acabou o pagamento das faturas, nem se efetivamente houve acertos de contas ou não.

João Pardal fala numa questão prática referente a 365 sacos de cimento oferecidos pela Cimpor em 2014, e que foram utilizados pelo Presidente, devendo haver com certeza uma explicação para isto. Sérgio Madeira responde, dizendo que dito de uma certa forma pode sugerir que é uma acusação, mas não é. Elsa Ferreira interrompe ambos, dizendo que não há diálogo, devendo-se passar à explicação. Sérgio Madeira responde

4

que está explicado e João Pardal diz que só sintetizou o que lá estava escrito. Elsa Ferreira diz que não ouviu, uma vez que estavam ambos a falar um com o outro. João Pardal responde que disse que deverá existir uma eventual explicação para esclarecer isto.

Elsa Ferreira responde então, que parece que as questões terão terminado em relação aos trabalhos do Executivo. João Pardal diz que havia esta questão dos sacos de cimento, uma vez que foi colocado no documento e que não sabe se haverá explicação para isto. Elsa Ferreira diz que vai passar a palavra ao Presidente que se explicará. João Pardal diz que há também a questão das Taxas. A Presidente da Assembleia responde, dizendo que sim, mas que se calhar paramos já por aqui. Sérgio Madeira pede a palavra dizendo que quer dar um esclarecimento rapidinho. Consentida a palavra, diz que para quem teve um desempenho dececionante e com aquelas acusações todas feitas no Comunicado, está aqui a explicação de quem defendeu e não defendeu os interesses da Freguesia.

Elsa Ferreira passa então, a palavra ao Presidente da Junta, e Rui Soares começa pelas Contas, dizendo que isto já foi dito noutra Assembleia, e que não há diferença nas Contas. A única coisa que se passa é haver diferença nas rubricas, e que numa Assembleia até foi questionado por causa das Contas do anterior Executivo, e o que disse foi que neste Executivo há mais rigor, pois esmiuçamos as subcontas. Dá um exemplo que deu azo a haver várias reuniões, que foi o facto de terem comprado as tendas para as Tasquinhas, e que por sinal o Sr. Secretário ficou de entregar o procedimento ao Serralheiro, que ainda hoje está à espera dele. Diz que tinham sido coisas delegadas ao Secretário, que não tratou, sendo se calhar algumas das coisas que não estão 100% legais, mas que sobre as quais está de consciência tranquila, e volta a afirmar que não há diferenças nas Contas. E como até 28 de Abril, ou Maio, confiava plenamente no Sr. Secretário, e que depois deixou de confiar por causa da atitude dele, não tinha que andar a fazer o trabalho duas vezes, ou seja, diz que delega funções, e mesmo esta situação de esmiuçar, como o Sr. Secretário gosta, e gosta de escrever e até trás muitos papéis, ele veio para aqui só com um papel e uma caneta. Até porque o Público merece este esclarecimento. Refere que a dada altura pensou que era mau feitio, mas depois de perceber que andou a fazer apontamentos em 2014 e 2015 e que foi preciso ele chegar um dia à Junta, e questionar quem é que está por quem, e se estavam todos coerentes, e dizendo-lhes que iriam ratificar tudo o que está para trás, porque todos nós prevaricamos e quem vem para estes trabalhos, não há ninguém que consiga seguir tudo a 100%, porque com a Lei 75/2013 isto mudou completamente. Diz que se recorda, que por exemplo, o Sr. Ex-Presidente de Souselas passava cheques ao Zé Carvalho, à volta de quinhentos contos, para ele distribuir pelos outros funcionários, coisa que hoje não é possível. E que dantes faziam-se adjudicações, e que hoje não há nada que chegue a isso, como as Monografias por 18.000€, pagas à peça, sendo que aqui não há nada pago à peça, embora isso se fizesse, mas que agora não se faz. Refere que os Comunicados são uma amálgama de mentiras e que está tranquilo em relação a isso, e que tudo o que foi feito até 28 de Abril de 2015, foi como sabem andando sempre com o Secretário, chegando a ter reuniões de Presidentes sendo ele o único Secretário presente, pelo respeito que lhe tinha, isto até ele o merecer. Diz que convém esclarecer alguns pontos que são graves, e que um tipo que se presta a apontar estas coisinhas todas, se ele não tivesse posto um travão agora, íamos andar assim até ao fim, mas como estamos perto das eleições, e da mesma forma como se candidatou como Independente, (que até gostava que houvesse daqui a um ano, ou quando for, mais candidatos Independentes), até é gajo para se candidatar outra vez, se o chatearem muito. Terminado este desabafo, diz que vamos por partes e começando pela Capela da Zouparria diz que era sempre um problema, e que são obras Camarárias, mas que pretende dizer aqui como é que acabou o processo, e informa que iríamos ser prejudicados em cerca de 700€. Informa também que a dada altura foi assumido que de facto o empreiteiro não tinha lá colocado o *tout-venant*, tendo colocado até mais pó de pedra que *tout-venant*, sendo até material mais caro, mas que como tem a responsabilidade da obra durante cinco anos, é uma responsabilidade que fica dele, e Rui Soares combinou com ele na presença do Secretário, que faria um bocado de alcatroamento na parte de acima que tinha abatido. Obra esta que ficaria em cerca de 400 e tal euros, e que abateria na conta, fazendo-o gratuitamente. Mas depois de se reunirem com a Eng. da Câmara, no final deste processo, assumiram que o empreiteiro iria receber na mesma os 900 e tal euros que faturou, e que nos iria descontar esse valor. Informa que, de qualquer das formas, isto é assumido pela Câmara, porque as obras protocoladas são as da Câmara e a Junta só diz onde as quer e lhes solicita ajuda na fiscalização, sendo o resto responsabilidade da Câmara.

Terminada esta explicação, passa para os sacos de cimento, e diz que está aqui para zelar pelos interesses da União das Freguesias, muitas das vezes para seu próprio prejuízo, e que nunca levaria um saco de cimento da Junta, nem nunca gastaria nada da Junta. Refere que na altura receberam 360 sacos e que seriam para

fazer valetas, que aliás até era para ser no Carril precisamente, e que vai esclarecer de uma vez por todas essa situação. Informa que com este relacionamento que tínhamos e temos com a Cimpor, pensou que embora não pudessem ajudar com dinheiro, ajudariam com cimento, e assim faríamos quantas mais valetas melhor, por forma a poupar na mão-de-obra da limpeza das ruas, nos próximos anos, só que as empresas com quem falaram, na altura o Sr. José Manuel Lucas Feitor e a Briopul, disseram-lhes que gastavam betão pronto, e não cimento, criando assim um problema. Sendo que a Engenheira estava sempre a pedir para lá ir buscar cimento, chegando a ir lá com a Teresa Martins, mas como as empresas não gastavam cimento, tínhamos um problema, e ao fim de dois anos dá para imaginar como estaria o cimento. Teve então, que falar com o fornecedor e levar para lá as paletes. E como sabem já desde a última Assembleia, recebemos mais 1008 sacos, tendo sido doados à Tuna Souselense 1368 sacos, e para que não haja dúvidas, gastámos entretanto alguns sacos de cimento, que assume e diz que falou com a Presidente da Assembleia quando leu este Comunicado, pensando que iriam ter chatices, tendo ficado prejudicado em cerca de 70 sacos de cimento, ou mais, mas isso não interessa. Informa que recebemos da Cimpor 1368 sacos de cimento e foi isso que foi doado à Tuna, e que gastaram cimento no Clube do Paço, que foi o Presidente a lá ir levá-lo na sua carrinha, e gastaram cimento na Marmeleira, no trabalho que se fez nos balneários, tendo a Junta cedido para lá uns 20 ou 30 sacos, mas que os sacos doados pela Cimpor, são da Tuna.

Tendo ficado esclarecido este assunto, passa então à obra de empreitada da Briopul, já que estamos a falar das valetas. Informa que utiliza este telemóvel que tem só um cartão e é da Junta, mas que o número é o dele pessoal, e que recebe mais de 100 chamadas ou 200 por dia, e atende toda a gente e quando não pode, retribui depois, e que gostava que as pessoas da R. do Carril estivessem agora aqui, que era para ouvirem o que esta gente está aqui a dizer, porque a lama corria no meio da estrada e teve que se resolver o problema. Já tinham um orçamento de cerca de 20€ o metro linear por valeta do Sr. José Manuel Lucas Feitor e um dia foram à Briopul, sempre acompanhado pelo Secretário, onde almoçaram com o Gerente, e no final ele diz que lhes tinha feito o valor de 15€ o metro linear, para fazer a obra, e à saída, houve o seu compromisso e do Secretário para avançar assim com a obra, mas qual o seu espanto, e querendo o problema resolvido, (porque as pessoas ligavam-lhe a chorar, falando da Cinita e havendo aqui algumas pessoas que a conhece, podendo-o confirmar), andou meses e meses com este problema, porque para fazer umas simples valetas, a Câmara tinha que fazer um projeto, quando é preciso só dar um desenho tipo e fazer os metros lineares, de maneira que avançamos com a obra como haviam assumido, assim como houve outros compromissos em situações que estavam há anos por resolver, e que por exemplo na Zouparria ao pé da fonte, também foi feita assim. Ligou-lhe (o Secretário) a dizer que tinha um preço da Ferreira de Sousa de mil e tal euros e a perguntar se se avançava, e ao qual o Presidente respondeu que sim, tendo se calhar não cumprido os procedimentos, mas tendo ficado com a obra feita. Na R. do Carril, qual não é o seu espanto, quando lá aparece a Sandra Quinteira para medir a obra, pois haviam já assumido o compromisso da obra com a Briopul, sendo legal não abrir concurso, fazendo o ajuste direto. Diz também, que os problemas têm que ser resolvidos, e pergunta quantos dos seus antecessores não os resolveram assim, depois da coisa estar feita, estando assim, tranquilo em relação a isso.

Terminada esta explicação, o Presidente passa para a situação do alcatrão, dizendo que sobrou de facto um bocado de alcatrão e nessa altura havia lá um bocado por fazer, só que o alcatrão não deu e ele, Carlos & Costa Gomes, teve que ir buscar mais, mas como teve que fazer escavação, teve que cobrar mais caro, o que na altura achou caro também, e por isso é que houve redução no preço. No entanto, desde essa altura até agora, não voltou a fazer trabalhos para nós, embora tenha vendido qualquer coisa há dias. E conclui este assunto dizendo, mais uma vez, que está cá para zelar pelos interesses da Freguesia.

Elsa Ferreira refere então os insufláveis e as Tasquinhas e Rui Soares diz que tudo o que foi feito nas Tasquinhas e tudo o que foi feito até haver este divórcio, afirmando que andou a dormir com o inimigo este tempo todo, foi de comum acordo, não havendo estória nenhuma, e embora muitas das coisas tenham sido resolvidas por telefone, foi sempre de comum acordo. Refere que o Miguel por razões profissionais, raramente estava connosco e que houve sempre aqui um conflito interno com o Miguel, e que agora está a funcionar bem, não havendo entraves e que decidem e fazem sem problema nenhum, e sem andarem aqui com coisitas. Em relação aos insufláveis, diz que no primeiro ano resolvemos ter lá insufláveis, o que foi um sucesso, e quem os forneceu foi uma moça que estava na Marmeleira. No segundo ano, foi mais um insuflável, sendo mentira que o serviço não foi melhor, só que, e com toda a abertura, tínhamos um problema, porque foi a Maria João que tratou do assunto, a qual perguntou como seria acerca do pagamento, e ao qual o Presidente lhe respondeu que era através da apresentação da fatura, pois pensava que os insufláveis

ainda eram da Miriam. E foi nessa altura, que a Maria João lhe disse que a Miriam já não podia passar fatura, ao qual Rui Soares responde que para lhe pagar precisa de uma fatura, e como essa fatura levou IVA, o preço foi mais caro. Mas, diz que podemos falar aqui de outras coisas, que o Executivo, por desconhecimento fizemos, como por exemplo nos convívios dos idosos e reformados. Informa que no primeiro concurso que se fez, pedimos orçamentos, tendo aparecido uma fatura com IVA a 6%, e que não pode por ser incorreto, mas tendo sido resolvido a seguir, pois quando as coisas não estão corretas, resolvem-se a seguir, e que embora não tenha sido o Presidente a resolver, assume efetivamente a sua responsabilidade.

Elsa Ferreira menciona as 85 diárias, e Rui Soares diz que o pessoal tem memória curta, mas que ele a aviva, e mesmo vindo para aqui sem papéis, porque felizmente se tem dedicado de corpo e alma a isto e daí a Freguesia estar como está, unida, ao contrário do que algumas pessoas querem deixar transparecer, informa que esta situação tem a ver com a Escola Primária de Souselas, que mais uma vez, e como é uma pessoa que não cumpre os procedimentos, numa reunião com a Professora e com a Comissão de Pais, eles referiram que tinham 1 1000 ou 1 2000€ para fazer uma obra na parte exterior, obra esta que a Cimpor concluiu no dia do Bem Fazer. E nessa reunião, mais uma vez na companhia do Secretário, assumiu que se precisassem de mais algum dinheiro, a Junta estava cá para assumir isso, tendo sido necessários mais 3 000 e tal euros. Entretanto a Câmara fez o muro e o passeio em frente ao Jardim de Infância, e nessa altura como andavam cá as máquinas da Câmara, aproveitou para fazer a rampa na parte de trás, do Cabeço do Calvário para o sítio onde fazíamos as Tasquinhas e para limpar o Recinto de Festas. E interroga-se por tanta indignação, sendo isso procedimento dos anteriores Executivos, e questionando alguns dos presentes elementos dos anteriores Executivos, se não era costume pagarem os almoços de vez em quando aos tapa buracos, não percebendo o porquê de virem para aqui levantar dúvidas a quem cá está, e diz que temos é que construir e não destruir. José Figueiredo questiona-o se perguntou alguma coisa, e Rui Soares responde que não, mas que o seu antecessor sim.

Elsa Ferreira menciona o corta-silvas, e Rui Soares diz que de facto se recebeu uma fatura de um trabalho feito pela Petrac no trator e sabe de tudo o que se passa com as máquinas, e que aliás, isto foi uma situação que também tinha delegado e que teve também que a assumir, por haver só problemas, uma vez que eles queriam falar com o responsável às 8:00/8:30 e nunca estava disponível. Refere que aparecem de facto na fatura, 63 horas de serviços externos, mas que facilmente se deduzia que eram horas de trabalho, porque sabe, por conhecimento de causa e porque acompanhou o problema, que o trator começou a fazer um barulho, por baixo do motor que se teve que tirar para reparar. Informa também que este trabalho foi feito, (havendo testemunhas e diz que se quiserem avançar com um processo, para avançarem, que está cá para responder, mas que depois iremos retroceder também um bocado e aí se verá quem é que fica entalado) na Oficina do João Quinteiro, e que o material custou uns 50/60€ de um parafuso, estando aí a fatura para quem quiser ver, só que para se colocar este parafuso teve que se desmontar quase o trator todo, tendo ficado parado um mês ou mais, mas o que não convém dizer é que estas horas foram cobradas a 10€, quando toda a gente que tem veículos sabe, que normalmente são cobradas a 20 ou 25€, estando aqui a ver a ilegalidade da coisa. Quanto ao trator ter estado a trabalhar, toda a gente sabe que o trator fica muitas vezes na Petrac, quando não fica em sua casa, pois a sua casa tem servido também de estaleiro da Junta, uma vez que não temos espaço para que seja de outra forma, e é um facto de que ele utilizou o trator sem autorização da Junta, mas que é um assunto que vai ser resolvido, assumindo que já devia ter sido resolvido e que não o fez ainda por falta de tempo, e que ele lhe terá que dizer quanto tempo é que é o trator andou a trabalhar.

Elsa Ferreira refere a seguir a limpeza dos rios e caminhos agrícolas. Rui Soares diz que felizmente temos as contas controladas, e que todos os anos temos 84 000€ para obras, que são utilizados precisamente para esse fim, mas o nosso orçamento é de 300 000€, ou seja, o resto do dinheiro temos (é devemos) que o empregar, assim como foi bem empregue na limpeza dos rios, pois o pessoal de Souselas agradeceu. Aliás a Freguesia, pois isto atinge a Freguesia toda. E refere que ainda não limpámos na zona da Fajaca, porque temos um problema para resolver com o Senhor Retróz, o que anda a tratar em conjunto com ele, nas Águas de Coimbra. E pergunta para que é que tinham que estar a protocolar se tínhamos dinheiro para isso, e se temos dinheiro, para que é que temos que estar a gastar o dinheiro dos protocolos, pois ainda este ano se fizeram mais uns quilómetros de caminhos agrícolas, servindo o dinheiro dos protocolos para a curva da Zouparria, para os passeios do INEDS e para fazer trabalhos a mais, quando a Câmara falha nos projetos, uma vez que isto agora está completamente diferente do que era dantes. Informa que dantes faziam-se os projetos e a seguir os orçamentos, e agora temos que calcular o valor para a obra, depois é que se faz o

projeto, sendo que o dinheiro pode, ou não, dar posteriormente, e então aí temos que afinar as coisas, tendo a Junta que estar preparada financeira e estrategicamente, nestes casos, e a acompanhar os projetos para ver se não existem grandes discrepâncias, porque podemos receber só 60 ou 65 000€, em vez dos 84 000€. E se uma obra que nós calculámos para custar 10 000€, se custar 8, a Câmara não dá os 2 000€, e se a obra custar 12, nós temos que pagar esse valor a mais. Conclui, dizendo que pensa estar tudo mais ou menos esclarecido. João Pardal pede a palavra e Rui Soares responde que não, porque ainda não acabou. João Pardal diz que estava a falar para a Presidente, e Rui Soares responde que ainda não acabou de falar e diz que está tranquilo, e que em relação a isto tudo o que aqui está, são uma amálgama de mentiras, e que por isto que está aqui escrito define a pessoa, e só quem não viu e não presenciou esta Assembleia é que não percebe, pois um tipo a quem deu tudo desde o início, com o devido respeito pela idade que tem, e que tem vindo a apontar estas coisas para vir aqui, dizia logo na altura e que não queria continuar assim. Exemplifica imaginando que vai a conduzir um carro perdido de bêbado, e é avisado por quem vai com ele, ele responde-lhe que vai continuar e se a pessoa quisesse sair, que saia, mas a pessoa responde que não sai, e que vai continuar com ele; não faz sentido. Questiona se o público tem alguma coisa para perguntar e Sérgio Madeira pergunta à Presidente se pode responder, porque tem esse direito. A Presidente responde que tem o direito de responder, mas relembra-o que na sua intervenção teve direito a 50 minutos sem ser interrompido, e atendendo ao adiantar da hora, concede-lhe só 5 minutos. Sérgio Madeira diz então que será rápido e refere que em relação às contas, o que disse é que não foram esclarecidas, e o problema fulcral é porque é que não foram esclarecidas. Quanto à estrutura das Tasquinhas, diz que o Presidente o está a acusar, mas que tem que ter calma, porque a estrutura foi feita e foi aplicada, e a fatura apareceu a 6% e só depois é que ele lhe pediu para fazer o procedimento, ao qual lhe respondeu que não o podia fazer, pois tinha que ser via eletrónica e que qualquer coisa que fizesse depois da fatura, estava entalado na situação. Em relação à responsabilidade da Câmara na Zouparria, quer dizer que a Técnica da Câmara, afirmando que tem documentos que sustentam tudo isto, não estava de acordo que se pagasse este valor. Quanto aos sacos de cimento, refere que soube agora que algum foi gasto. Aliás, aquilo que disse, e repete, é porque é que nenhum foi utilizado, mas se foram empregues ou se foram gastos, e ouviu aqui dizer que foi em Souselas, S. Martinho, ou Paço, ou onde é que foi, nunca foram apontados ao Executivo, que dos 360 sacos que estavam em posse do Presidente, já tinham sido aplicados "x" em tal lado. Ou seja, nunca ninguém soube, porque não há respeito, pois se houvesse respeito dizia que tinha mandado para ali "x" sacos", e de facto isto é esclarecimento, é a Lei dos Compromissos e é a responsabilidade que nós assumimos quando nos candidatámos nesta situação. Quanto à questão da Briopul, foi ao almoço e foi entregue assim que o Presidente lhe disse que aquele era um bom preço, questionando-o depois sobre coisas que não estavam em condições, e que careciam esclarecimento. Enviou e-mail (e está tudo por escrito) para que a Briopul esclarecesse, pois o preço por metro linear, que vinha para fazer passagens hidráulicas, valetas e outros serviços, não satisfazia, e a deliberação de avançar para o concurso público, está em Ata do Executivo, assinada pelo Presidente, e por todo o Executivo, apesar de nessa Ata o Presidente ter dito que a obra já tinha começado. Quanto aos idosos em 2015, pensa que essa era para ele, diz que era mentira, e que foi com três convites e foi faturado a 2% porque foi feito um contrato. Quanto à limpeza dos rios e protocolos, o que disse foi que "porque é que não foi gasto em protocolos, uma vez que a Junta de Freguesia, em 2014, 2015 e 2016, não tinha gasto o dinheiro todo dos protocolos." Porque, se há um protocolo de 84 000€ por ano para a Junta, e se nós só fizermos obra no valor de 30 000, 54 000 vão à vida. E questiona, então, porque é que estes trabalhos não hão-de ser protocolados, se estes 54 000 vão à vida. Quanto à amálgama de mentiras, repete que isto é tudo suportado por documentos, portanto em qualquer altura podem ser esclarecidas. Em relação às contas e quanto a dizer que as subcontas eram exaustivamente analisadas, tem que dizer aqui, que numa Ata qualquer, a Presidente disse que a situação da Junta está controlada, mas que não estão é com o rigor que queriam impor e pelo qual se propuseram, e que portanto, se dizia aqui isto, agora diz-se que era exaustivo e rigoroso. Volta a referir que é tudo suportado por Atas e nada do que está aqui escrito foi sem conhecimento dele, pois foi tudo discutido em reuniões do Executivo, e isto foi feito, e respondendo àquilo a que ele estava a dizer acerca de andar sempre com ele, afirma que nunca fez nada sem conhecimento dele. E alertou, sempre, nas situações em que considerava que eram prejudiciais para a Junta de Freguesia. Mais... numa determinada fatura que anotava a lápis, e o conjunto de alertas que ali estavam para prevenir situações que ferissem a Lei dos Compromissos onde todos somos responsáveis, escrevia a lápis e ele à sua frente e à frente do Tesoureiro, apagou todos os alertas que fez. Rui Soares pede de novo a palavra para terminar, e refere que como já havia dito antes, delegou ao Secretário várias tarefas, inclusivamente as

obras, e numa reunião de Executivo, o Secretário chegou-lhes a dizer que só se comprometia a acompanhar as obras, desde que o Presidente não mete-se lá o dedo, o que deu tudo barraca. Informa que disse que não estava a perceber o que queria dizer com aquilo, porque precisamente por as obras lhes estarem delegadas, o Presidente nunca se meteu nesse assunto, pois considerava-as tratadas. E aliás quando ia a reuniões da Câmara sozinho, criava sempre problemas e confusões, e o que é certo, é que as obras de 2015, nomeadamente o passeio do INEDS que também lhe estava delegado, e andava sempre com questões e alterações, são situações que agora conseguiu resolver em obra com a empresa e com a Eng. da Câmara, pois nestas situações temos que ter algum jogo de cintura, e se não abdicarmos de alguma coisa não vamos buscar a outra, tendo assim conseguido fazer uma extensão muito maior do que o que estava previsto inicialmente no projeto, sendo que esta era uma obra de 2015 que estamos a fazer em 2016, e se não fosse pela postura que tem tido para com a Câmara, se calhar até esta obra tínhamos perdido. Portanto, quando se diz quem defende e quem não defende, isso pode dar pano para mangas aqui. O Presidente volta a repetir que se está tudo documentado, não há problema nenhum e que a existir é no Tribunal que se resolve, não aqui, porque isto não é nenhum Tribunal, e que a avançar será com retroativos. Sérgio Madeira intervém dizendo que é rápido, e mesmo quando Elsa Ferreira diz que já chega, continua a falar, dizendo que "meter o dedo em obras", isso não está escrito e nunca disse isso, mais do que isso, as obras que começou, foi por trás, e alterou-as, fazendo sem lhe passar cartucho. Elsa Ferreira interrompe o Secretário dizendo várias vezes que chega, mas este continua a sua intervenção dizendo que por isso é que deixou de acompanhar as obras, assim como as limpezas, concluindo que isto é uma Junta de Freguesia e não uma empresa particular.

Elsa Ferreira avança, e João Pardal pede a palavra dizendo que tem só uma questão sobre o Executivo que liderou, e informa que as Contas do Executivo iam certificadas, por quem fazia a contabilidade, que é a mesma pessoa que faz esta contabilidade, e assim sendo, e para não haver qualquer tipo de dúvida, acha que estas questões de 2014 e 2015, o Executivo, e não a Assembleia do Executivo, deveria marcar uma reunião com o contabilista e com os documentos que tem, para sanarem o problema, esclarecendo todas estas questões. Sérgio Madeira intervém e diz que a única coisa que se passa é a falta de esclarecimento. Elsa Ferreira interrompe-o, dizendo que acabou. João Pardal repete o que disse, acrescentando que "é tão somente uma sugestão".

Elsa Ferreira pergunta à Mesa se tem mais alguma situação, e Fernando Morais responde que em relação à R. do Carril, o Presidente disse que ficou resolvido o problema das águas, mas parece-lhe que na totalidade não, porque o Sr. José Lucas fez um desvio de uma linha de água, que vem sair ao pé da casinha dele, a água galga o muro que é dele, o qual chamou à atenção duas vezes do Presidente, e ao que este respondeu que estava resolvido, mas não está, e o que acontece, é que quando a água é muita, galga a valeta que o Presidente mandou fazer, vindo para o meio da estrada e leva o *tout-venant* por ali abaixo. Dirige-se ao Presidente, dizendo que o avisou duas vezes, e que este lhe respondeu que estava resolvido, mas se calhar ainda não falou com o Sr. José Lucas, portanto não estando por isso resolvido na totalidade, embora cá em baixo talvez sim. Continua a sua intervenção, dizendo que sobre aquele troçozinho das valetas que são lá para cima, não lhe parece muito bem, pois há um cano a atravessar a estrada, e não entende o que é que a valeta vai fazer. Fernando Morais diz também que em cada ano a Câmara disponibiliza 84 000€ para obras na Freguesia, ao abrigo do Protocolo de Delegação de Competências, e como o Sérgio havia dito, retirando os 43 000€ pagos para amortizar a dívida de Botão, como troca de não fazer obras nesse valor em 2014, o valor disponibilizado em 2014 e 2015 é de 125 000€, embora as obras executadas não cheguem a 15%, o que quer dizer que aqui, e uma vez que não fez contas, dará mais ou menos 100 000 / 90 000€, questionando se a Câmara ficou com eles, ou se há outra justificação.

Elsa Ferreira confirma com Fernando Morais se são estas as suas questões, e passa a palavra a Rui Soares.

O Presidente começa por falar sobre a valeta, que foi feita na altura sem haver ainda projeto e que só deu ordem para a fazer até ali, estando precisamente no sítio onde a água escorre, tendo já alertado o Zé Lucas por duas vezes, e antes de tomar outras atitudes, seja com o Zé Lucas, seja com o Fusco ou seja com quem for, primeiro alerta uma ou duas vezes, e só depois é que denuncia a quem de direito. Refere que já lhe disse duas vezes, e que é mesmo no topo da valeta que é mesmo necessária, mas que a água não pode escorrer para lá como tem escorrido, porque vem em alta velocidade lá da conduta e passa a valeta para o outro lado. E para resolver este problema, ele tem que fazer uma caixa de retenção antes, o que já lhe disse para fazer para não ter chatices, para a água babar lentamente. Quanto às percentagens das obras feitas, Rui Soares diz que ao se falar acerca deste assunto é estar-se a meter em camisas-de-onze-varas, e que se calhar até para ele é complicado, mas ainda assim, explica que essas obras têm a ver com a obra do INEDS,

que custa 47 000€. Diz que foi lançado o concurso público, ao qual concorreram umas cinco empresas, tendo sido a obra adjudicada à Briopul, por terem dado o preço mais baixo, e agora, por ter o tal jogo de cintura, conseguimos esgotar o protocolo todo, o que não acontecendo, a Câmara ficaria com mais 4 000€. Refere que a percentagem indicada não corresponde efetivamente à realidade, pois tem a ver com as obras feitas em 2016, mas que eram de 2015, e que é um facto que a Câmara também perdeu os projetos, e como já disse, tem lá duas Engenheiras e três Arquitetos a trabalhar para as 18 Freguesias, que eram 31, sendo pouca gente para muitas Freguesias, tendo-nos atrasado assim os projectos, aliado à inércia que havia aqui no Executivo e que tem que assumir por ter delegado. Mas, informa que essa percentagem já está toda executada, e que tem a ver com a obra da Zouparria, do INEDS, e de Sargento-mor, sendo tudo obras de 2015, e estando todas concluídas à exceção da do INEDS até à Marmeleira, que está em andamento. João Pardal pede a palavra e diz que vai ser objetivo, concreto e direto tendo a ver com o que disse no início, que é a anulabilidade dos atos. Refere que a Junta adjudicou, não sendo isso que está aqui em causa, porque a obra dos passeios é precisa e necessária, mas sim, o aspeto administrativo da legalidade do ato, sendo que a adjudicação teve que ter sido feita por deliberação do Executivo, questionando por isso, se o Secretário participou na deliberação sobre a adjudicação dessa obra. Dá o exemplo, que recentemente, e como é público, a Junta enviou à CMC a proposta das obras de 2016, ao abrigo do Contrato Interno Administrativo, a qual a aprovou e foi colocada no jornal, questionando também se o Secretário participou nesta deliberação, o que leva ao princípio de que a funcionalidade do Executivo e da participação do Secretário tem que ser resolvida, porque senão estamos perante uma situação de atos ilegais. Elsa Ferreira responde que essa questão será resolvida posteriormente e dá a oportunidade a Sérgio Madeira de voltar a falar. Sérgio Madeira diz que espera ter acesso aos e-mails e à correspondência da Junta para provar a inércia de quem tinha as relações com a Câmara, e quem resolveu os assuntos.

Elsa Ferreira refere a última questão, que é a Tabela e Taxas de 2014, que se prende com o último comunicado. João Pardal completa, dizendo que são as de 2014 e 2015. Elsa Ferreira refere que quando pergunta ao Presidente qual é a ordem de trabalhos para cada Assembleia Ordinária, pois fá-lo em conjunto com ele, questiona sempre se não é para discutir a Tabela e Taxas. E do que se recorda, foi-lhe dito que não era para discutir, porque não há alterações, mas que é um facto, que apareceram alterações mais à frente, que foram deliberadas em Assembleia, e o que lhe parece é que podemos ter cometido aqui o lapso de dizer que a Tabela e Taxas se mantém, não havendo alterações, não tendo isto ficado escrito em Ata, e que devia ter ficado, embora quando existam alterações, sejam deliberadas em Assembleia, ficando essas mesmas deliberações registadas nas respetivas Atas. Refere também, que pensa que o que é deliberado em Assembleia é depois internamente atualizado. João Pardal responde que a sua dúvida surgiu por não estar informado sobre o assunto, e que até se lembra claramente de uma das alterações sobre a retirada do pagamento da jóia do mercado. Elsa Ferreira diz que foi precisamente nesta altura, que esta questão se levantou. João Pardal questiona, para que se esclareça para o futuro, se não há obrigatoriedade da aprovação anual dos duodécimos do plano anterior e do orçamento do ano anterior, e se não houver que seja estabelecido o registo de que estão sempre em vigor, até existir uma alteração. Porque, se houver essa obrigatoriedade, objetivamente errou-se, e se não houver, não se errou. Elsa Ferreira responde que o melhor é que sempre que houver alterações se trate do assunto em Assembleia, ficando assim escrito em Ata, e questiona se há mais alguma última consideração da Mesa. Não havendo, ela própria diz que a pretende fazer e que encerra o ponto aqui. Diz que aquilo que muito honestamente lhe parece é que há aqui um conjunto de situações que foram elencadas, que não são de todo mentira, e que poderão não ter sido resolvidas atendendo à Lei dos Compromissos e aos aspetos protocolares e a todas as formalidades, mas há também aqui uma conclusão que podemos tirar, que é haver uma justificação, e que as coisas que não foram bem-feitas serão para se corrigir no futuro. Diz crer que estão na Mesa, dois Membros da Assembleia de Freguesia que também já foram Presidentes e sabem certamente que nem tudo corre bem, e às vezes é preciso corrigir à posteriori, mas nunca lesando os interesses da Freguesia. E o que tem que ser dito aqui, é que há aqui um conjunto de situações elencadas que não são uma amálgama de mentiras, porque elas têm justificação, podendo haver aqui um ou outro pormenor que não corresponde à verdade por ser só a versão de uma parte. E o que tem que ficar premente é que o interesse da Freguesia nunca pode ficar lesado, e que portanto, daqui para a frente, as coisas que não correram bem, que corram melhor, que se corrijam determinados erros que foram cometidos, e que haja essa capacidade e sensibilidade para fazer as coisas com a formalidade que têm que ser feitas, e enquanto isso não for possível, que se corrijam os erros, que às vezes também acontece, mas sempre procurando os interesses da Freguesia.

Encerra assim, este ponto, passando para o Ponto Três (Intervenção do Público nos termos do artigo 24º do Regimento da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Souselas e Botão) e questiona o Público se há intervenções, procedendo à inscrição dos intervenientes, para se dividir os tempos, pelos trinta minutos disponíveis. O primeiro a intervir será o Sr. Fausto, a seguir o Sr. Fausto Rodrigues, depois o Sr. Pedro e por último o Sr. António Almeida.

O Sr. Fausto começa por dizer que já tinha visto na Assembleia anterior, que há aqui só um grupo a falar, vindo tudo calado, exceto o João Pardal, o Moraes, o Sérgio e claro, o Sr. Presidente, havendo um ciclo que está feito e preparado. E refere que se o Sérgio tem argumentos para apresentar, não sabe porque é que o Sr. João Pardal passa a vida a incentivar o Sr. Sérgio. A Presidente interrompe, dizendo que o Sr. Fausto tem que respeitar o direito que as pessoas têm para expressar a sua opinião. O Sr. Fausto concorda, mas diz que se há falhas de Presidentes ou dos Executivos, que não há aqui um Presidente dos presentes, que falhasse tanto como o João Pardal. E que falando aqui em vergonhas, diz que fez uma obra em S. Martinho do Pinheiro... A Presidente interrompe, e diz que quer Público aqui, mas quer Público que fale deste Executivo e do seu trabalho, e pede que não vão buscar o passado, porque não o conhece, sendo para ela uma perda de tempo. O Sr. Fausto diz que tem toda a razão e que tendo ele falado no futuro das Juntas, diz-lhe pessoalmente porque não tem problema nenhum, questionando como é que um homem destes pode preparar o futuro, se não se soube preparar no passado. Elsa Ferreira volta a dizer que não vamos falar no passado porque não o conhece. O Sr. Fausto diz então, que o Sr. Presidente disse e muito bem, que se há muita coisa que não está certa, que não deve morrer aqui, e que se deve ir para Tribunal, pois aí é que se tiram as teimas. Porque estarem a acusá-lo de ter usado não sabe quantos sacos de cimento, é muito grave, e que se fosse com ele, resolvia a coisa de outra maneira, e pergunta como é que querem chegar a um bom senso, depois de se ouvir um missal destes, entre o Presidente e o Secretário, e como é que o Executivo pode andar para a frente com isto assim, se não há entendimento. Diz que também que fica por aqui, e que queria espalhar mais, mas que se quiserem que está preparado, porque sabe de muito podre da Junta anterior, e que aquele Senhor não fala deles aqui. Elsa Ferreira diz que não, porque não estamos em Sede própria para falar nisso. O Sr. Fausto pede desculpa à Presidente e encerra a sua intervenção, dirigindo-se ao anterior Presidente de Junta, dizendo-lhe que quando ele quiser falar com ele cara a cara sobre isto, que lhe diz o que é na cara, e desafia-o aqui.

Elsa Ferreira passa a palavra ao Sr. Fausto Rodrigues que diz que na última Assembleia não teve oportunidade de falar deste assunto, mas que o Presidente da Junta tinha falado numa Assembleia anterior sobre as Contas dos anteriores Executivos, e que o questionou no fim sobre o que é que as Contas tinham de menos sérias, tendo Rui Soares respondido que as Contas estavam bem, e quer com isto saber se isto está escrito em Ata ou não. Elsa Ferreira pergunta quando é que foi, e o Sr. Fausto Rodrigues responde que foi na penúltima. Elsa Ferreira informa o Sr. Fausto que a sua intervenção está escrita em Ata, sim. O Sr. Fausto refere que na última Assembleia não houve oportunidade de falar sobre este assunto, além de que as Atas não foram lidas. Elsa Ferreira responde que não foram lidas, mas foram aprovadas, e podia ter feito esta questão nesse dia, em vez de estar a fazê-la hoje, até porque lembrou o Público na altura de que as Atas são públicas e qualquer pessoa as pode consultar. O Sr. Fausto diz então, que hoje perguntou para se certificar de que realmente está escrito em Ata, ficando esclarecida a sua dúvida.

Elsa Ferreira passa a palavra ao Sr. Pedro que começa por dizer que pode estar a cometer um erro, mas que pensa que é pertinente saber, porque é que o Tesoureiro não está presente, visto ser uma Assembleia Extraordinária, pois acha que numa Assembleia destas devia estar. Já não falando do Contabilista, visto que se falou em Contas de 2014 e 2015, e que devia ter sido convidado a estar presente. Refere também que tem pena de não ter sido contextualizado das situações, bem como o resto do Público, porque o tempo que as pessoas dispuseram para as apresentar foi longo, acabando por não ter percebido algumas coisas, e o que de facto percebeu de tudo o que foi apresentado, e cita o provérbio antigo "A consciência avisa-nos como amiga, antes de nos julgar como juiz", é que o Secretário não quis sair do carro quando o condutor ia alcoolizado, mas sim, que foi a consciência do Presidente durante muito tempo, pois segundo ele diz, anotava nas faturas a lápis, tudo aquilo que podia beliscar de certa forma o Executivo no seu todo, porque decisões que o Presidente viesse a tomar, não só beliscava, o erário público, mas também todos os Membros do Executivo. E daí perceber a tão criticada pasta e tantos documentos que o Secretário foi guardando, porque se ele apontava a lápis, como forma de consciência do Presidente e o Sr. Presidente apagava com a borracha e tomava outras decisões, é natural que ele guardasse estes documentos. E estando fora do contexto em muitas coisas, percebe a razão da existência de tanto papel, e se ele diz que o pode justificar, é porque po-

de, mas se ele tem justificações, então deviam ser apresentadas porque estamos a falar de dinheiros e do erário público, sendo importante para nós percebermos onde é que anda a ser gasto o dinheiro do Povo. Depois de terminada a sua intervenção, Elsa Ferreira diz que tem que lhe responder a uma das questões, dizendo que o Executivo não é obrigado a estar nas Assembleias. Informa que o Executivo foi devidamente convocado por Convocatória que seguiu para a União de Freguesias, e soube só quando chegou à Assembleia de hoje, que por questões profissionais, o Tesoureiro não ia estar, mas que também não tem que estar. O Sr. Pedro interrompe dizendo que em função dos assuntos... e Elsa Ferreira interpela, dizendo que não faz juízos de valor, e que é só para lhe explicar que os vogais não têm que estar, e nem tem que ter justificação para a sua ausência, mas que fica o apontamento. Quanto à não presença do Contabilista, informa que já fez questão de em determinadas Assembleias ter a sua presença, mas que nesta, como não sabíamos bem do que iríamos falar, não o convocou. O Sr. Pedro refere os Pontos do Edital e Elsa Ferreira volta a responder que não faz juízos de valor. O Sr. Pedro contrapõe dizendo que esteve na outra Assembleia Ordinária em que ficaram pendentes estas questões das Contas para uma Assembleia Extraordinária, portanto já há muito tempo que sabia do que se iria tratar. Diz também que se falou em comunicados, aos quais não teve acesso, mas que estavam na Mesa, por isso, no fundo, já se sabia que era essa a ordem da discussão. Elsa Ferreira repete que não faz juízos de valor, mas que ela própria é que não o convocou, como já tem acontecido e faz questão de ele estar, o que hoje não aconteceu, ficando em todo o caso o apontamento.

Terminada a intervenção do Sr. Pedro, Elsa Ferreira passa a palavra ao Sr. António Almeida que cumprimenta todos os presentes e começa por perguntar se pode na mesma fazer a sua intervenção, visto que esta não é no âmbito do que se passou aqui. A Presidente diz que sim, desde que tenha a ver com esta Junta. O Sr. António diz então, que estão presentes quatro elementos da Comissão de Baldios da Marmeleira, e que nem era ele para ser o porta-voz, mas sim o Adriano que não pôde estar, e informa que tiveram uma reunião no Domingo passado, sobre o funcionamento da Comissão de Baldios, e como seu Presidente é portanto seu defensor. Diz também que é do conhecimento da maioria das pessoas que estão nesta Assembleia, nomeadamente da Mesa, a nossa luta em defesa dos baldios da Marmeleira. E tanto no Executivo do Zé Figueiredo como no do Pardal, nunca foi desbloqueada a situação, e os baldios foram colocados ao abandono, que ao longo de décadas os particulares se foram apoderando. Uns mais outros menos, mas que neste momento já conseguiram recuperar 1/3, ou pouco mais de 1/3, havendo documentos que provam isso. Mas, refere que foi o que foi herdado, e que uns, conseguiram com o Executivo anterior, outros com este através do diálogo. Diz que fizeram medições, colocaram marcos, meteram projetos para reflorestação, reflorestando a totalidade dos baldios, exceto na parte do cabeço onde está o depósito da água, que em tempos esteve destinado a ter um Parque Desportivo, porque têm um Protocolo acomodado com uma empresa de Aeromodelismo que necessita de um espaço, mas, e como já disse, a Comissão dos Baldios tem zelado pela área, reflorestando-a. Informa que ainda ontem, uma brigada dos Baldios andou no terreno, e que no Verão plantaram algumas árvores mais carenciadas, como eucaliptos, pinheiros mansos e castanheiros e que têm cuidado delas dentro do possível. E o que acontece é que têm sido um pouco desautorizados, neste caso mais pela Autarquia, pois têm tido alguns problemas com o espaço que têm alugado ao Aeromodelismo, porque parece que todo o lixo que sobra por aí, tem sido lá depositado. Chegando a ter tido problemas com os Homens que se quiseram ir embora, e estando em risco de perder uma mais-valia para a Freguesia. Diz que ainda há pouco tempo quiseram fazer uma inauguração, mas que estão muito chateados porque não estava em ação de ser utilizado. Diz também, que a Junta fez lá uma intervenção, mas que às vezes faz com uma mão e tira com a outra, pois foram lá colocadas terras que não deviam ter sido colocadas, mas que foi ultrapassado, e que agora aconteceu uma situação nova, porque o Rui em tempos lhe falou na hipótese de ser lá colocada alguma terra, que está a ser tirada para a construção dos passeios, pedindo-lhe para ver melhor essa situação, mas que em última necessidade podia lá colocar a terra, com a condição de ir lá com uma máquina fazer uma plataforma, e conforme fossem colocando a terra, compactá-la, porque de facto ainda cabe lá muita terra. Mas, diz que não querem que isto aconteça, e que vão resistindo a alguns particulares que querem lá colocar lixo, e ainda assim, às vezes à socapa metem lá algum. Lembra que na quinta-feira passada, não estava lá, estando a almoçar, e alguém entrou portas dentro a dizer que esteve para lá pôr umas carradas com o trator e não deixaram, e que agora andam para lá uns camiões a acartar o dia inteiro. Perante isto, pegou na motoreta e foi lá cima, constatando que de facto estavam lá a descarregar. Ligou ao Rui, que se mostrou também surpreendido com a situação, mas refere que na verdade os homens não são adivinhos e não sabiam que havia ali aquele local para colocar entulho. E o problema é que tinham lá ido antes, inclusivamente com o seu trator com o corta-mato, para cortar as ervas, para os

homens do Aeromodelismo fazerem o uso do espaço. Entretanto chegou também um homem da Briopul, que pensa ser o responsável, acabando, o Sr. António Almeida por ter uma acesa discussão com o Rui, tendo sido suspenso o descarregamento dos camiões. Conta, que para sua surpresa o homem disse que ia colocar aquilo como deve ser, e questionou-o se ia lá no dia seguinte ao qual ele respondeu que não e eu disse que os homens do Aeromodelismo vinham para lá no Sábado. Entretanto descobriu, que os homens quando iam fazer as descargas, não tiveram o cuidado de entrar por uma borda e sair pelo mesmo sítio e passavam pelo local que andaram a limpar para os homens do Aeromodelismo. Na sexta-feira, diz que vinha a vir para baixo, e deu com os homens da Junta de Freguesia a descarregar entulho das limpezas que andavam a fazer, noutro espaço que também já tinham andado a limpar umas carradas de telha que levaram de lá para fora, e perguntou se estavam autorizados a fazer aquilo. Mas como ficou de pé atrás com a resposta, pensou que tinha que esclarecer este assunto. Diz também, que durante toda a semana, os homens da Junta têm andado a fazer limpezas e têm colocado o entulho naquele espaço, e soube hoje, que ontem colocaram entulho ladeira acima, não sabendo se foi em terrenos particulares, ou nos baldios. Outro Senhor interrompe e diz que é também para avisar a Junta que o trator tem só um motorista, e que andam a passear. António Almeida retoma a sua palavra e diz que como Presidente da Direção da Comissão dos Baldios ficou muito chateado com estas situações, e com a discussão que teve com o Rui, estando até disponível para pedir a sua demissão, mas como é um indivíduo com princípios e gosta de ir até ao fim, vinha solicitar ao Sr. Presidente da Junta que deixe ser a Comissão dos Baldios enquanto existir a gerir o seu espaço, e a serem eles a autorizar ou não as descargas de entulho, porque pensa estarem a fazer um bom trabalho, e as pessoas que conhecem os baldios, podem ir ver, que como já disse, os têm reflorestado, e que, ao contrário de outros e com alguma dificuldade, conseguiram recuperar dois baldios que estavam em poder de particulares.

Rui Soares pede a palavra e começa por dizer que o Fausto já sabe então que o que perguntou está em Ata, e dirige-se ao Sr. Pedro, informando-o que o Miguel não está aqui hoje por questões profissionais, e que inclusive, mudaram o dia de atendimento da quinta para a sexta-feira pelo mesmo motivo, embora também não estivesse que estar. Refere que de resto, quem não deve, não teme, e que houve aqui questões colocadas que foram acusações graves, tendo sido tudo feito de boa-fé, havendo de facto correções a se fazer, como a Presidente da Assembleia disse. Mas diz que está tranquilo e preparadíssimo para se sentar no banco dos réus para responder a tudo e mais alguma coisa, sempre se consciência tranquila. Em relação aos baldios, diz que fica contente também por este dinamismo, e que aliás, na última Assembleia com o anterior Executivo de Souselas, do qual era Presidente da Assembleia, disse precisamente que fosse qual fosse o resultado das eleições, ia despoletar essa questão dos baldios, sendo para ele um orgulho ter-se conseguido esta disponibilidade da Comissão dos Baldios, e como costuma dizer nos discursos, se não forem as Coletividades e as Comissões, o Executivo por si só vale o que vale. E como a Freguesia é grande, e porque temos esta dinâmica porque há pessoas que se disponibilizam, temos também uma Junta que apoia em tudo. E como estas coisas têm que ser esclarecidas, informa que nunca mandou colocar nada na Marmeleira, nem na Mata, nem fosse onde fosse, sem o consentimento dos Presidentes ou da Direção dos Baldios. Refere que houve aqui um mal-entendido, aliás dois mal entendidos, sendo o primeiro quando falou com o António Almeida para a possibilidade de lá colocar a terra. Diz que explicou ao Engenheiro da Briopul, que quando se faz uma obra desta envergadura, onde têm 2 000 e tal m³ de terra para tirar, não tendo tanta gente a querer terra como aqui, e se entra numa obra destas, estamos a fazer uma parceria, e por isso, quanto mais simpáticos formos para eles, mais proveito poderemos ter. Informa que já foi feita alguma limpeza no terreno onde vai funcionar o Aeromodelismo, do qual também se orgulha por ter participado, mas que é preciso fazer mais, e o António Almeida, e muito bem porque quem anda por gosto é assim que faz, com o seu trator tinha feito lá uma limpeza. Diz que ficou surpreso, quando o António Almeida o alertou à hora de almoço, porque foi nesse dia de manhã que o fizeram sem o avisar. Informa que já tinha pedido ao Engenheiro para compor o talude e fazer uma plataforma, para que mais tarde não haja cedência de terra, o que aproveitaram para fazer gratuitamente, com esta obra. Informa que a Junta também tem ajudado e muito a Comissão de Compartes, com a questão da niveladora, e só não conseguiram mais por causa das chuvas, sendo um facto que eles começaram a acartar lá para cima sem o avisar, tendo ficado tão chateado ou mais que o Presidente da Comissão dos Baldios, informando também, que é este o compromisso, pois o Responsável da Briopul esteve lá na hora e disponibilizou-se para resolver a situação, mas que ainda não resolveu porque esteve a chover. Em relação ao pessoal da Junta, como devem ter percebido, isto agora também tem outro rigor e informa que o Sr. Mário Moleiro vai levar um processo disciplinar, e como também não

quer o mal das pessoas, vai dar-lhe um última oportunidade, chamando a família para lhes dizer, que ou ele faz um tratamento, ou vai mesmo para o olho da rua, porque ainda agora nesta última situação, ele estava para fazer um trabalho a cinco metros de um carro, e enquanto o dono do carro foi buscar a chave para o tirar, partiu um dos vidros, sendo isto o que herdámos. Informa que já houve um processo e só não foi para a rua porque mais uma vez tiveram pena dele, mas que isto não é a Santa Casa da Misericórdia. Mas que de resto, e têm andado em cima, não vê que eles andem a passear, e a isso acontecer têm que se chatear. Informa que é óbvio que a Freguesia já precisa de uma carrinha maior de caixa aberta, porque muitas das vezes é a sua que anda a funcionar, e que o trator para ter o corta-silvas agarrado, não pode ter o atrelado, pois toda a gente percebe isso, mas dá jeito às vezes confundir as coisas. Em relação a descarregarem as areias no outro baldio, disseram-lhe que realmente foram alertados e confrontados pelo António Almeida, mas estavam a fazer uma coisa que já tinham feito no ano passado, e o que lhe disseram que lá colocaram, que depois até desapareceu toda, foi a areia que recolheram na vala, na casa do Chico Ventura. Mas nunca os mandou colocar lixo ou fosse o que fosse. Refere que tem um problema para resolver em S. Martinho, que é também onde as pessoas vão colocar lixo, e abusam. E as primeiras terras, que foram para o sítio do Aeromodelismo, que nunca souberam definir bem o que pretendiam, se relva ou saibro, era terra que parecia ser boa para o efeito, mas nunca foi seu intuito passar por cima fosse de quem fosse, e enquanto cá estiver o objetivo é sempre ajudar, e se alguma vez houver alguma situação, pede para que o informem, e aproveita para pedir desculpa ao Almeida, porque sendo até uma pessoa calma, reconhece que também se exaltou, não o tendo querido ofender, por todo o respeito e apreço que tem por ele. O Sr. Fausto Rodrigues pergunta até quando é que ficará a situação em S. Martinho por resolver, pois até lá estão máquinas de lavar e banheiras, e Rui Soares, diz que o que pretende é criar um espaço na Freguesia vedado, onde as pessoas possam, com autorização da Junta, lá ir colocar lixo devidamente selecionado, pois agora com os caminhos agrícolas arranjados e limpos, não se pode fazer como muita gente já fez, e ir lá despejar restos de obras.

Terminados todos os esclarecimentos, a Presidente da Mesa deu como encerrada a Assembleia pelas zero horas e quarenta e seis minutos, tendo sido elaborada a presente Ata, que após a necessária aprovação em Assembleia, vai ser assinada pela Presidente e Secretária da Assembleia de Freguesia.

Botão, 20 de Outubro de 2016



Leônia Martina Nogueira Forte